AO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS – ESTADO DA BAHIA

EMENDA ADITIVA INDIVIDUAL Nº _____/2025 AO PROJETO DE LEI Nº 182/2025

Autor: Ver. Dr. Tandick Resende de Moraes Júnior

Insere nova meta e prioridade ao Anexo I do Projeto de Lei nº 182/2025 que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ilhéus para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

Art. 1° Fica aditivada a seguinte ação de que trata a Ementa:

Órgão: 21 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DEFESA CIVIL

Unidade: 2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DEFESA CIVIL

Código: XXXXXXX

Especificação: Executar a requalificação da praça situada na Rua Ayrton Senna, em frente à 70ª CIPM, no bairro Teotônio Vilela.

Operação Especial: 0,00

Atividade: 0,00

Projeto: 120.000,00

Total Fixado: 120.000,00

Art. 2° Para fazer face a despesa definida no artigo anterior, fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a alterar os valores constantes na seguinte ação do Anexo VI:

Órgão: 21 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DEFESA CIVIL

Unidade: 2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DEFESA CIVIL

Código: 15.451.0014.1087

Especificação: MELHORIA E EXPANSÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS

Art. 3° Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a realizar as adequações necessárias nos demais Anexos da presente lei.

JUSTIFICAÇÃO

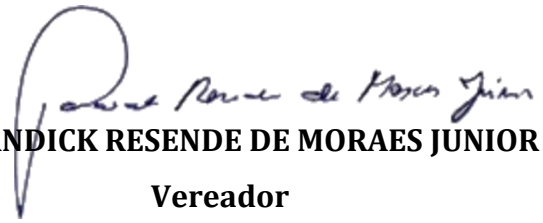
A praça localizada na **Rua Ayrton Senna**, em frente à **70ª CIPM**, no bairro Teotônio Vilela, encontra-se em condição insatisfatória para uso pleno da comunidade. O desgaste de estruturas, a falta de manutenção periódica, a insuficiência de equipamentos de lazer e a carência de uma ambientação adequada têm provocado constantes reclamações da população local. A atual situação impede o espaço de cumprir sua função social enquanto área destinada ao convívio comunitário, práticas recreativas e promoção do bem-estar coletivo. Diante dessa realidade, torna-se evidente a necessidade urgente de **melhoria e requalificação** da referida praça, assegurando à comunidade um ambiente seguro, estruturado e acessível.

Diante disso, sendo obrigação dos entes federativos, a implementação da política urbana no escopo de ordenar e desenvolver as funções sociais das cidades, de modo a garantir aos cidadãos o direito a municípios sustentáveis, como regulamenta o dispositivo constitucional o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Versa o diploma infraconstitucional, sendo este compreendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

Desta forma, impende destacar que o município, por consectário lógico, tem a obrigação de promover a requalificação da praça inserida nessa ação, o que torna premente a inserção da presente emenda ao referido projeto de lei.

Nestes termos, espera atendimento.

Gabinete do vereador Tandick Resende, Ilhéus, 28 de novembro de 2025.



TANDICK RESENDE DE MORAES JUNIOR

Vereador